



O PAPEL DA CASA DOS BRAGANÇA NA INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA DO BRASIL

Guilherme Penha Pinto^{*1}

Roberto Nogueira Marques^{*2}

Thais Figueiredo Miranda Telles^{*3}

O advento do Bicentenário da Independência política do Brasil é um momento alvissareiro para o debate de diversos temas que cercam essa importante efeméride, tal como a independência econômica como ator relevante desse processo político. Para essa discussão, a análise do período entre os movimentos do início do século 16 e a vinda da família real, torna-se decisivo para a compreensão dos movimentos da economia brasileira.

O processo de acumulação de riqueza no Brasil, em uma recente abordagem⁽¹⁾, calcada em estudos econométricos e antropológicos, revela questionamentos sobre o conceito de prevalência de uma economia de subsistência, no mercado interno colonial até a vinda da família real para o Brasil. Ou seja, desenvolve-se a tese sobre uma economia pujante, à parte do poder central da metrópole, muito aderente ao atual conceito dos “invisíveis” da economia brasileira. Essa economia “velada ou invisível” também conhecida por economia informal, especialmente localizada no interior da colônia, assim

pode ser denominada por fazer referência a um segundo plano subjugado às medidas metropolitanas que impediam o avanço da escrita e da educação no Brasil, impossibilitando o registro amplo dos costumes e atividades econômicas.

Esta visão não carece de críticas⁽²⁾, ou seja, a compilação de dados de diversos historiadores corroborando um maior crescimento da colônia frente à metrópole no período colonial é vista como uma ruptura com a escola de pensamento econômico de Celso Furtado. Ainda segundo a crítica, a relevância do mercado interno já foi tratada por outros autores, não sendo um novel ao tema, e, também, sem citações contundentes sobre a questão.

Assim sendo, busca-se analisar aspectos econômicos da Independência brasileira, compreendendo alguns eventos históricos ocorridos em anos anteriores a 1808, tais como o Iluminismo e os movimentos da Revolução Industrial, que aceleraram o processo que culminou na autonomia político-econômica do Brasil.

A ECONOMIA DOS “INVISÍVEIS” E SUAS INICIATIVAS ANTES DOS BRAGANÇA

Os registros sobre a riqueza do Brasil denotam que no século 16 se verificava a existência de excedentes econômicos, especialmente, dos

povos autóctones, com a pujança de um mercado interno. Diante disso, se rechaça a ideia de agregação de valor apenas pelo processo de exportação de produtos da colônia. Isso, em termos gerais, significa que a acumulação de riqueza na economia brasileira era decorrente da economia doméstica.

Por sua vez, os oceanos foram o canal indutor de alterações significativas no ambiente econômico desde as primeiras interações com novas técnicas e culturas, as quais trouxeram ganhos de produtividade que proporcionaram os excedentes. Com a regularidade das passagens dos navios na costa, o câmbio entre os índios Tupi e os europeus inseriu os utensílios de ferro e viabilizou a exportação do Pau-Brasil.

Durante o período de dominação da Espanha sobre Portugal, entre 1580 e 1640, a colônia permaneceu com seu desenvolvimento interno. Já em 1650, um empreendimento expressivo foi a criação de um estaleiro, pelo suporte de carpinteiros indígenas, onde iniciou-se a construção do maior navio do mundo na época. Esse feito foi possível a partir dos excedentes econômicos das relações internas com a América do Sul, pela navegação interior, com a acumulação de prata advinda de Potosí e o tráfico de escravos angolanos.

Cabe destacar que os excedentes também advinham de outros setores internos como pecuária, agricultura, tecelagem, metalurgia e transportes, independentemente do ritmo da

metrópole. Entre 1787 e 1825 o processo de diversificação da economia brasileira era latente, muito em decorrência do mercado interno, ao largo do grilhão metropolitano, invisível ao processo de arrecadação central, um claro indício de dinamismo econômico perante a metrópole, sendo que esta última apresentava declínio entre os anos de 1770 e 1790, causando fenômenos como a capitalização de Santas Casas, as quais não possuíam incidência de impostos, devido às restrições impostas pela metrópole, por parte de grandes empreendedores locais.

CORTE PORTUGUESA CHEGA AO BRASIL E ALTERA O CENÁRIO POLÍTICO-ECONÔMICO

As ideias iluministas tomavam conta do continente europeu, causando inclusive a eclosão de movimentos contra as milenares monarquias europeias. A vinda da família real para a colônia foi uma solução para o poder metropolitano, a partir da pressão francesa, mas também uma alternativa. Em 1736, durante o reinado de Dom João V (bisavô de Dom João VI), o conselheiro real Dom Luís da Cunha, nos escritos *Instruções Políticas*, faz defesa contundente sobre a ideia de transferir a corte para o Brasil, com base no seguinte argumento: “É mais cômodo e seguro estar onde se tem o que sobeja do que estar onde se espera aquilo do que se carece” (Caldeira, 2017, p. 187 e 188).

Vale lembrar que quatro quintos da arrecada-

**Largo da Glória, desenho de
Henry Chamberlain**

Fonte: Brasileira Iconográfica



ção da metrópole tinham como origem a colônia, bem como cerca de 80% do comércio exterior de Portugal era reexportação da colônia, ou seja, a velada independência econômica do Brasil foi uma oportunidade de manter o império português.

Em 22 de janeiro de 1808, os membros da família real portuguesa aportam na Bahia e, posteriormente, deslocaram-se em direção à nova cidade-sede da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, protegidos pela escolta da Inglaterra. Com isso, houve uma mudança na relação político-econômica entre o Brasil e a metrópole lusitana. Com a Coroa portuguesa instalada no Rio de Janeiro, foram mantidas e estabelecidas as decisões políticas em solo brasileiro, antes instituídas no Velho Mundo.

Cabe ressaltar que, antes da chegada dos Bragança, imperavam medidas draconianas da metrópole no campo da cultura, educação e literatura que impediram os avanços na colônia. Tais medidas também colaboraram para que a corte se deslocasse para o Brasil como arautos da evolução e indutores do fim da era colonial. Porém, em 1803, como registra Simonsen, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (futuro Conde de Linhares) havia aconselhado a regência sobre a mudança da Corte para a colônia, dado que “Portugal não formava a parte essencial e melhor da monarquia. No Brasil, havia a possibilidade de se criar um poderoso império” (Simonsen, p. 549, 2005).

A reorganização do aparato burocrático é digna de nota, com a vinda de diversos intelectuais e membros da alta burocracia influenciados pela anterior Era Pombalina na metrópole e pelo pensamento liberal, entre eles D. Rodrigo, que desde 1801 propunha aos Bragança diversas inversões, principalmente na área logística, no Brasil (Mattos, 2021, p.59).

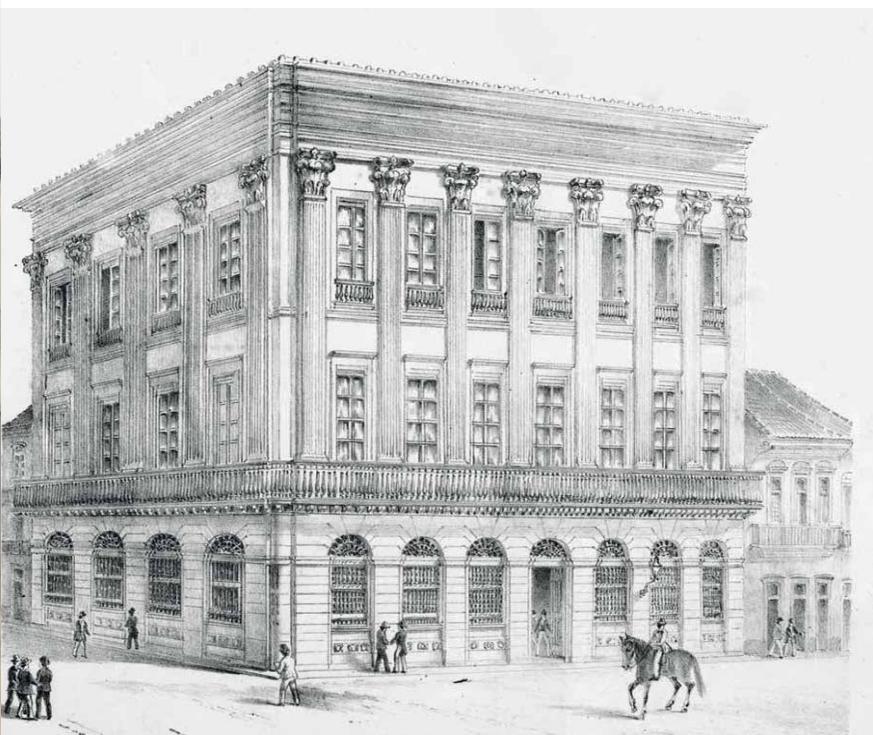
Dessa forma, promoveu-se uma ampla transformação na colônia brasileira a fim de fundar uma nova sede do Império lusitano que consolidasse a operação da esfera político-administrativa. Portanto, compreende-se que o marco inicial para o nascimento da emancipação econômica do Brasil é a chegada da família real portuguesa, sendo que em “22 de janeiro de 1808, a Nau “Príncipe Real”, onde o Príncipe Regente D. João encontrava-se embarcado, chegou à Bahia. D. João proclamava a independência econômica do Brasil com a publicação da famosa Carta Régia que abriu ao comércio estrangeiro os portos do país” (Brasil, 2006, p.66).

A diversificação e a modernização da economia brasileira tiveram seu início no império, iniciativas que culminaram em uma próspera relação entre a exportação agrícola e o incremento das atividades internas, sejam os transportes, fábricas, bancos, casas comerciais e o incremento da produção de alimentos para o mercado doméstico (Saraiva, 2020, p. 243). No plano econômico, a abertura dos portos às nações amigas (1808), a fundação do primeiro Banco do Brasil (1808) e o Tratado de Aliança e Comércio (1810) viabilizaram a liberdade econômica para a então colônia e favoreceram a Inglaterra.

No entanto, a Carta Régia de 1808 seria apenas a consumação de uma abertura informal que já ocorria no Brasil, principalmente pela ação de contrabandistas ingleses, ou seja, formalizou-se um processo advindo da conjuntura internacional (Mattos, 2021, p.62).

Assim sendo, D. João retribuiu a colaboração inglesa após chegar ao Brasil, abrindo os portos às “nações amigas”. Contudo, o Príncipe Regente promoveu mudanças que fortaleceram a elite comercial e incentivou a produção industrial no Brasil, a exemplo da revogação do Alvará de 1785, que proibia as manufaturas na colônia.

Litogravura do Banco do Brasil por P. G. Bertichem, na rua da Alfândega, esquina com Candelária, no Rio de Janeiro, em 1854



Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, litografia de Pieter Godfred Bertichen

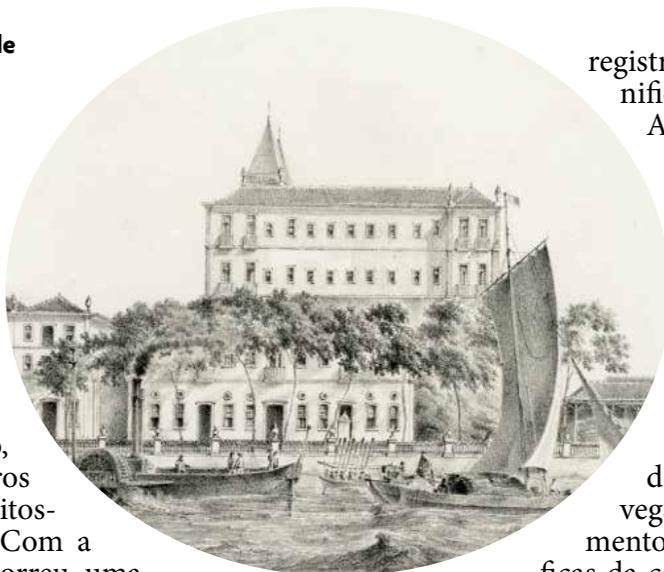
Acervo: Coleção Brasileira

**EFEITOS-DIFUSÃO
PROMOVIDOS PELOS
BRAGANÇA**

Cabe destacar que o século 19 foi um período em que o Brasil emergiu como nação, sendo esses os primeiros movimentos para os efeitos-difusão na economia. Com a vinda dos Bragança ocorreu uma inflexão na história econômica brasileira, com o País incorporando-se aos mercados mundiais como um ente independente, habilitado a formular suas próprias políticas, a partir de dois componentes básicos: a influência dos parceiros comerciais e a percepção dos interesses autóctones das políticas implementadas. Euclides da Cunha fez uma equivalência das revoluções liberais à adoção do livre comércio pelos Bragança no Brasil. Diversos matizes empresariais do Brasil entendiam que o livre comércio era a melhor opção para o Brasil, porém cabe destacar que se tratava mais de um liberalismo agrário (Albuquerque, 1977, p.38-39).

A suspensão por D. João do Alvará de 1785 viabilizou a instalação de fábricas de ferro em 1811 tanto em São Paulo quanto em Minas Gerais. No entanto, as mercadorias inglesas vendidas a preços acessíveis e com maior qualidade restringiam o desenvolvimento da produção de similares em território brasileiro. Concomitantemente, ocorreu o fim do pacto colonial (monopólio comercial), que limitava o Brasil a comercializar somente com Portugal, e a extinção do Alvará que proibia a instalação de indústrias no Brasil.

Segundo Simonsen, a rede fluvial foi o modal preferido para a expansão das ações de penetração para o interior, onde os estadistas portugueses já projetavam, desde 1801, a criação de um vasto sistema de interligação pela rede fluvial, bem como a proteção da costa com uma marinha ágil e presente. Os transportes por água eram mais fáceis e com menores inversões. De fato, a vinda da família real incrementou o tráfego marítimo, especialmente a cabotagem, literalmente viabilizou um Programa “BR do Mar” do período imperial, mais tarde sendo



registradas atividades significativas, em 1811, do Arsenal Real da Marinha da Bahia, com lançamentos de diversos navios, além da ampliação do Arsenal Real da Marinha no Rio de Janeiro.

Simonsen registrou também as iniciativas para melhoria das condições de navegação, com o levantamento de cartas hidrográficas da costa brasileira, com a criação do Arquivo Militar, em 7 de abril de 1808, concentrando mapas, cartas e levantamentos das regiões brasileiras.

Para Caio Prado Jr., a libertação econômica do aparelhamento burocrático metropolitano foi favorável aos interesses da colônia, porém os resultados podem ter sido sobrestimados, mas, sem dúvida, não se pode deixar de registrar a contribuição para o desenvolvimento econômico do Brasil e como indutor das transformações. Esses fatos foram corroborados na época por diversos viajantes que cruzaram o Brasil, com indícios de uma emancipação.

De acordo com Simonsen, as mudanças mundiais no sistema capitalista e das políticas comerciais na época ensejaram um desconforto para a economia brasileira, sendo que a vinda da família real e seus atos positivos em benefício da colônia tiveram sua dimensão prejudicada na economia brasileira, apesar da Corte abarcar estadistas experimentados, herança da Era Pombalina em Portugal, com grande valor e conhecimento das coisas do Brasil.

Segundo Prado Jr., do ponto de vista inglês, era necessário compensar as derrotas no continente europeu com os ganhos nas antigas colônias. No caso brasileiro, não foi preciso o uso de forças armadas, uma vez que o soberano de Portugal preferiu manter a coroa e os títulos frente as circunstâncias na metrópole. Porém, cedeu ao aliado inglês sua independência e liberdade de ação, sendo instalado no Brasil o quartel-general diplomático e do comércio inglês nesta parte do mundo, não sendo interessante aos ingleses interpor novamente um entreposto entre o Brasil e o comércio inglês.

Outrossim, houve relativa facilidade de relacionamento entre os cortesãos e os empresários



brasileiros. Em pouco tempo, havia produção de charque, arroz e trigo no Rio Grande do Sul; de café no Rio de Janeiro; mais comércio com a África; investimentos na área platina que levaram à incorporação do Uruguai; compra de casas e terrenos para a construção de suas moradias e instalação de negócios. Dessa forma, a Corte demonstrava a intenção de permanecer na nova casa ou, pelo menos, de não regressar de imediato para a terra natal, estabelecendo para a monarquia os fundamentos do novo Império português.

Portanto, com a vinda da família real ocorreu um importante impacto na economia colonial. Todos os impostos que eram transferidos para a Corte portuguesa passaram a ser aplicados no Brasil, bem como diversos membros da corte passaram a diversificar empreitadas em solo brasileiro. Porém, as demais capitanias sofreram, pois, a arrecadação concentrou os investimentos no Rio de Janeiro, causando revoltas como em 1817 em Pernambuco, bem como insatisfação na metrópole.

CONCLUSÕES

A vinda dos Bragança para terra *brasilis* foi fator preponderante para a interrupção do nefasto papel de entreposto metropolitano às atividades econômicas do País, porém ocorreu uma clara transferência da influência da novel potência industrial inglesa de Portugal para o Brasil.

Assim sendo, o processo de modernização do Brasil, bem como o controle do mercado interno foram as principais contribuições da família real para o processo de preparação para o crescimento e prosperidade, nos campos político e econômico que o Império apresentou no final

da primeira metade do século 19. O protagonismo da acumulação dos excedentes no Brasil saiu da metrópole e foi afeiçoado àqueles que empreendiam no Brasil.

A partir de então, se revela uma tendência a alicerçar o desenvolvimento econômico do Brasil em um produto principal exportável, o café. Tal processo esteve embebido no legado econômico, social e unificador da Casa dos Bragança, a qual é a benemérita da jovem nação brasileira, pois patrocinou as inversões necessárias, com as alocações dos impostos no Brasil antes enviados para a metrópole, e o crescimento nas letras e artes a partir de sua influência entre os seus na Europa, fatores antes por ela mesma negados ao País, em vista das circunstâncias geopolíticas e internas da metrópole. ■

NOTAS

- (1) Como pode ser verificado na obra de Caldeira (2017).
- (2) Para uma crítica a essa abordagem, ver Saraiva (2020).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcante. Quatro séculos de história econômica brasileira. McGraw-Hill do Brasil, 1997
- BRASIL. Introdução à história marítima brasileira. — Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.
- CALDEIRA, J. História da riqueza no Brasil. Estação Brasil. Rio de Janeiro. 2017.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, 34ª. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- MATTOS, Renato de. Revista NAVIGATOR. Subsídios para a história marítima do Brasil. Os limites da “abertura dos portos às nações amigas”: regulamentação do comércio marítimo e a defesa dos interesses da Marinha Mercante luso-brasileira (1808-1816). Rio de Janeiro. V. 17. Nº 34, p. 58-75, 2021.
- PRADO JUNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- SARAIVA, Luiz Fernando. A revolução copernicana de Jorge Caldeira, o cálculo diferencial ao contrário de o trabalho das formiguinhas. Revista História econômica e história de empresas. V. 23, nº 1, p. 229-247. Rio de Janeiro. 2020.
- SIMONSEN, Roberto. História econômica do Brasil: 1500-1820, 1889-1948. Edição: 4. ed. Brasília. Senado Federal, 2005.

*1 Capitão de Corveta (IM). Doutor em Economia pela PUC-RS. Pesquisador do Grupo Economia do Mar (GEM), LabReg-UFPEL e NERUA-FURG

*2 Capitão de Corveta (IM). Mestre em Economia pela UERJ

*2 Capitão-Tenente (T). Graduada em Economia pela UFF